



Organização
Internacional
do Trabalho



ESE
Enabling Environment for
Sustainable Enterprises

► O Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em São Tomé e Príncipe

Planos de ação



1. Metodologia

a. Introdução

Em Outubro de 2019, os representantes do Governo, Câmara do Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura (CCIA) e os Sindicatos que participaram no atelier tripartido sobre o processo de avaliação do Ambiente Favorável para Empresa Sustentáveis (EESE) em S. Tomé e Príncipe, validaram os resultados dos dados secundários e definiram 5 áreas de reformas prioritárias, a saber: i) Ambiente jurídico e regulatório propício, ii) Boa governança, iii) Proteção social adequada, iv) Gestão ambiental responsável e v) Diálogo Social. Os resultados do processo desta primeira fase de EESE, permitiram a produção do respetivo relatório que constituiu a base essencial para a elaboração do plano de ação apresentado.

b. Objetivo

O objetivo geral dos trabalhos, segundo os TdR, foi de elaborar o plano de ação do Ambiente Favorável para Empresa Sustentáveis em S. Tomé e Príncipe, a partir dos resultados de avaliação de EESE em S. Tomé e Príncipe, utilizando o processo de discussões baseado em trabalhos do grupo (*focus group discussions*), organizado em três fases, considerando os aspetos seguintes definidos nos Termos de Referência: i) Definição da metodologia de pesquisa; ii) Priorização e iii) Elaboração do plano de ação

c. Metodologia

A **primeira fase** dos trabalhos, constitui na preparação e planificação, seguidas de reuniões com os representantes da OIT (em Genebra e em S. Tomé), em que definimos os moldes e a data para a realização do atelier. Esta fase permitiu-nos munir-se de meios necessários para realizar os trabalhos, isto é, a forma de organização e gestão do atelier, a identificação e seleção das entidades governamentais e não governamentais bem como das partes interessadas e diretamente implicadas a participar no atelier, a data e o local do atelier. Enquanto preparávamos a organização do atelier conjuntamente com a representação da Câmara

de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) e a representação da OIT em S. Tomé e Príncipe, trabalhamos, em simultâneo, na sistematização, tratamento, análise e validação dos dados recolhidos e relacionados com EESE, seguida da definição das questões chaves de pesquisa para os trabalhos a realizar no atelier.

A **segunda fase** dos trabalhos, consistiu na apresentação dos resultados sobre a avaliação de EESE em S. Tomé e Príncipe, no atelier realizado em outubro de 2019, para relembrar aos participantes sobre o que fora discutido e validado anteriormente. Os 5 pilares prioritários indicados imediatamente a seguir, conforme apresentados no relatório de avaliação, constituíram a base para a discussão e seleção dos 3 pilares prioritários:

1. Ambiente legal e regulatório favorável (elementos económicos);
2. Boa governação (elementos políticos);
3. Proteção Social adequada (elementos sociais);
4. Gestão ambiental responsável (elementos ambientais);
5. Diálogo Social (elementos políticos).

As possíveis questões a colocar para cada um dos 5 pilares acima apresentados, de modo a permitir a priorização de apenas 3 pilares com vista a elaboração do respetivo plano de ação, cuja estrutura fornecida pela OIT é apresentada no final do presente documento, foram as seguintes:

1. Ambiente legal e regulatório favorável

- ▶ **Legislação laboral** - A comunidade empresarial compreende a legislação laboral em STP? A nível empresarial, o direito do trabalho é geralmente respeitado? Que ações a desencadear para que a comunidade empresarial compreenda melhor essa legislação?
- ▶ **Lei do Trabalho** - Os trabalhadores entendem a lei/direito do trabalho? Que ações a levar a cabo para que os trabalhadores entendam melhor a lei/direito do trabalho?

- ▶ **Direito do trabalho e pequenas empresas** – As pequenas empresas em STP têm conhecimento como a lei do trabalho afecta o seu crescimento? Que ações a realizar para que essas empresas tenham esse conhecimento?

- ▶ **Serviços de apoio para pequenas empresas** - O governo oferece serviços e / ou incentivos para pequenas empresas? Que ações o governo levaria a cabo para apoiar as pequenas empresas?

- ▶ **Apoio para início de negócios** - Na sua opinião, existe um sistema de apoio adequado para os indivíduos que procuram estabelecer um novo negócio? Como gostaria que fosse?

- ▶ Em sua opinião, seria preciso descentralizar os serviços para o suporte do desenvolvimento das atividades (ex. direção dos impostos, segurança social etc.). Como?

- ▶ Na sua opinião, quais são as três maiores barreiras para formalizar um negócio em São Tomé e Príncipe e como ultrapassá-las?

- ▶ Concorrência de empresas informais – Que ações a levar a cabo para minimizá-la?

2. Boa governação

- ▶ **Liberdade de associação** - Em que medida os cidadãos têm e desfrutam da liberdade para criar ou aderir a organizações de trabalhadores?

- ▶ **Suborno e corrupção** – Como o suborno e a corrupção afectam negativamente a economia ou a sociedade em São Tomé e Príncipe?

- ▶ **Medidas anticorrupção** – Tendo em conta o programa do governo, até que ponto acha que o mesmo está a conseguir combater a corrupção? Como?

- ▶ **Eficácia e responsabilização do governo** – Que ações a levar cabo para que as políticas governamentais e a legislação constituem factores eficazes de desempenho do mercado?

- ▶ **Governança corporativa responsável** - O que fazer para que a vossa organização (Empresa/ Trabalhadores) seja socialmente responsável? Que ações a realizar para que a autoridade do estado funcione para o cumprimento das leis laborais pelas empresas?

- ▶ O que se deve fazer para que as políticas governamentais sejam tomadas de forma eficaz e eficiente? O que acha (é) necessário fazer para ter uma boa organização? Como acha que deverá ser a relação trabalhador /empregador? O que fazer para que tenha a sua carteira profissional?

3. Protecção social

- ▶ **Cuidados básico de saúde** - A saúde debilitada afecta a produtividade no local de trabalho? Que fazer para uma saúde saudável?

- ▶ **Protecção da maternidade** - Qual é a sua avaliação da protecção da maternidade em São Tomé e Príncipe? Que fazer para melhorar?

- ▶ **Contribuições de segurança social** - Em São Tomé e Príncipe, de que maneira acredita que as contribuições estatutárias para a segurança social afectam os negócios? Que fazer para haver o equilíbrio, a não afetar significativamente os negócios?

- ▶ **Segurança e saúde no trabalho**- Até que ponto as práticas de segurança e saúde no trabalho (SST) são sensibilizadas e implementadas pelas empresas em São Tomé e Príncipe? Que ações levar a cabo para a sua sensibilização e implementação?

4. Gestão ambiental responsável

- ▶ **Responsabilidade ambiental ao nível corporativo** - As questões ambientais são motivo de preocupação e estão sendo tratadas pela comunidade empresarial em São Tomé e Príncipe? Que ações a levar a cabo para que este assunto seja motivo de preocupação e tratado pela comunidade empresarial?

- ▶ **Política ambiental** - Em São Tomé e Príncipe, existe legislação adequada para proteger o meio ambiente e é implementada? Se não existe legislação. Que ações a realizar para o efeito. E se existe não é implementada. O que fazer para a sua implementação?

- ▶ São adotadas medidas de protecção ambiental no seu trabalho? Que medidas a realizar para a sua adoção e melhoria?

5. Diálogo Social

- ▶ **Tripartismo (diálogo entre trabalhadores, empregadores e governo)** - o governo promove activamente o diálogo social tripartido e utiliza o processo na tomada de decisões políticas? O que fazer para melhorar?
 - ▶ **Cooperação nas relações trabalho-empregador** - as instituições e regulamentos laborais ou jurídico-legais, no tratamento de conflitos e resolução de disputas entre empregadores e trabalhadores, são eficazes? Se não? O que fazer para melhorar?
 - ▶ **Negociação Coletiva** - os trabalhadores têm direito à negociação coletiva? Que ações para melhorar?
 - ▶ **Representação dos trabalhadores** - os sindicatos representam adequadamente as preocupações dos funcionários/ trabalhadores nos debates nacionais sobre questões relativas aos negócios e à economia? Indicar ações para melhorar.
 - ▶ **Representação dos empregadores** - as organizações de empregadores representam adequadamente os interesses das pequenas empresas nos níveis locais, regional e nacional? Indicar ações para melhorar.
- 6. Início de processo de elaboração do plano de ação, a partir das respostas às questões distribuídas;
 - 7. As respostas que constituem ações de cada eixo, são anotadas no papel posto à disposição dos participantes;
 - 8. A formulação do produto resulta das ações anotadas anteriormente no papel;
 - 9. Apresentação e discussão dos trabalhos de cada grupo, pelo respetivo representante;
 - 10. Consolidação e conclusão dos trabalhos finais na matriz do plano de ação construída para o efeito, com a participação de todos.

Para efeitos de orientação do trabalho do grupo, visando uma discussão organizada e sistematizada, a fim de selecionar os 3 pilares prioritários necessário, de entre os 5 apresentados no relatório da avaliação de EESE, para a elaboração do Plano de ação, eis abaixo o roteiro, que após a sua apresentação e o devido esclarecimento, foi seguido até ao final do atelier:

1. Discussão e análise dos 5 pilares prioritários, na plenária, apresentados no estudo de avaliação EESE, para a seleção de apenas 3 que servirão para a elaboração do respetivo plano de ação;
2. Eleição na plenária dos 3 pilares prioritários de entre os 5 pilares apresentados no estudo de avaliação EESE, através de votação livre e aberto;
3. Apresentação dos 3 eixos selecionados;
4. Criação de 3 grupos de trabalho temáticos;
5. Identificação do representante /relator de cada grupo;

► 2. Resultados das discussões dos grupos de trabalho

A segunda fase dos trabalhos que decorreu no dia 25 de Junho de 2021, no Hotel Praia, em S. Tomé, consistiu na realização do próprio atelier, após a apresentação da agenda dos trabalhos, seguida da cerimónia de abertura, presidida pelo Inspetor Geral do Trabalho, em representação do Ministro do Trabalho, Emprego, Família e Formação Profissional, coadjuvado pelo Presidente da CCIAS e pela representante da OIT em S. Tomé e Príncipe, e a fim de relembrar aos participantes sobre os resultados do processo de avaliação de EESE em S. Tomé e Príncipe e os 5 pilares necessários seleccionados para a reforma, validados no atelier realizado em Outubro de 2019, passou-se de imediato à apresentação do estudo sobre resultados de avaliação do Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em S. Tomé e Príncipe, validados no atelier de Outubro de 2019. Esta apresentação constitui uma forma de relembrar os participantes sobre o que fora discutido e validado anteriormente, para em seguida passarmos ao processo de discussões propriamente dito e priorização dos 3 pilares prioritários de entre os 5 anteriormente definidos, com vista a elaboração do plano de ação, que se baseou essencialmente nos trabalhos do grupo (focus group discussions), seguindo as orientações definidas nos Termos de Referência. Os 5 pilares apresentados são os seguintes:

1. Ambiente jurídico e regulatório propício (elementos económicos);
2. Boa governação (elementos políticos);
3. Proteção Social adequada (elementos sociais);
4. Gestão ambiental responsável (elementos ambientais);
5. Diálogo Social (elementos políticos).

O processo de discussão para o início da priorização dos 3 pilares prioritários de entre os 5 acima referidos, foi precedido da apresentação de um roteiro, instrumento de apoio à orientação dos trabalhos do grupo, visando uma discussão organizada e sistematizada, na seleção dos 3 pilares prioritários necessários para a elaboração do Plano de ação. O roteiro abaixo apresentado,

serviu de orientação aos trabalhos do grupo até o término dos trabalhos do atelier:

1. Discussão e análise dos 5 pilares, na plenária, apresentados no estudo de avaliação EESE, para a seleção de apenas 3 prioritários que servirão para a elaboração do respetivo plano de ação;
2. Eleição na plenária dos 3 pilares prioritários de entre os 5 pilares apresentados no estudo de avaliação EESE, através de votação livre e aberto;
3. Apresentação dos 3 eixos seleccionados;
4. Criação de 3 grupos de trabalho temáticos;
5. Identificação do representante /relator de cada grupo;
6. Início de processo de elaboração do plano de ação, a partir das respostas às questões distribuídas;
7. As respostas que constituem ações de cada eixo, são anotadas no papel posto à disposição dos participantes;
8. A formulação do produto resulta das ações anotadas anteriormente no papel;
9. Apresentação e discussão dos trabalhos de cada grupo, pelo respetivo representante;
10. Consolidação e conclusão dos trabalhos finais na matriz do plano de ação construída para o efeito, com a participação de todos.

Concluída a apresentação do roteiro de orientação dos trabalhos acima apresentado e, após um amplo debate e análise bastante participados bem como a compreensão de todos do conteúdo de cada um dos 5 pilares indicados no documento de avaliação de EESE, debruçou-se, através de voto livre e aberto, sobre a seleção dos 3 pilares prioritários de entre os 5 anteriormente seleccionados, tendo sido seleccionado o pilar de Boa Governação em primeiro lugar, com 15 votos, seguido do pilar de Gestão ambiental responsável, com 11 votos, o pilar de Diálogo Social, em terceiro lugar, com 9 votos, e os dois últimos, Proteção Social adequada

e Ambiente jurídico e regulatório propício, com 7 e 4 votos respetivamente.

Duas sessões de votação foram realizadas. A primeira resultou em discussão que conduziu a sua anulação, porque os votantes nos pilares de Proteção social e Diálogo Social, ao constatarem que ficariam excluídos face aos resultados alcançados (o pilar do Ambiente jurídico e regulatório propício ficara em 1ª posição, seguido do pilar de Boa governação, o pilar de Gestão ambiental responsável em 3ª posição, o de Diálogo social em 4ª posição e em 5ª e última o de Proteção Social adequada), reivindicaram que não tinham entendido bem os esclarecimentos dados anteriormente e para atenuar a discussão, optou-se pela repetição da votação, que culminou com os resultados que conduziu a seleção dos 3 pilares apresentados no plano de ação.

Selecionados os 3 pilares prioritários, os trabalhos foram suspensos para o lanche e a reorganização das mesas de trabalho em três grupos distintos segundo os 3 pilares selecionados, e retomados imediatamente após o regresso do lanche.

A retoma dos trabalhos depois do lanche, foram constituídos por 3 grupos de trabalho distintos, correspondendo aos 3 pilares selecionados, e cada um tinha 8 elementos. Os esforços foram no sentido de, na medida que foi possível, distribuir os representantes do Governo, empregadores e trabalhadores equitativamente por cada um dos grupos.

Constituídos os grupos de trabalho e indicado o representante e/ou relator de cada grupo, foram entregues a cada grupo folhas de papel *"flip chart"* e um marcador para anotar as respostas às possíveis questões apresentadas na lista distribuída bem como outras a colocar para cada um dos 3 pilares selecionados. Após o esclarecimento e o entendimento de que cada um dos 3 pilares prioritários apresentados diziam respeito aos respetivos resultados esperados, para os quais as respostas dadas a cada uma das questões, correspondem ações a realizar que concorrem para esses resultados, seguiu-se, no seio de cada grupo, a discussão e a anotação das ações identificadas no *"flip chart"* distribuído, constituindo deste modo elementos para a elaboração do plano de ação.

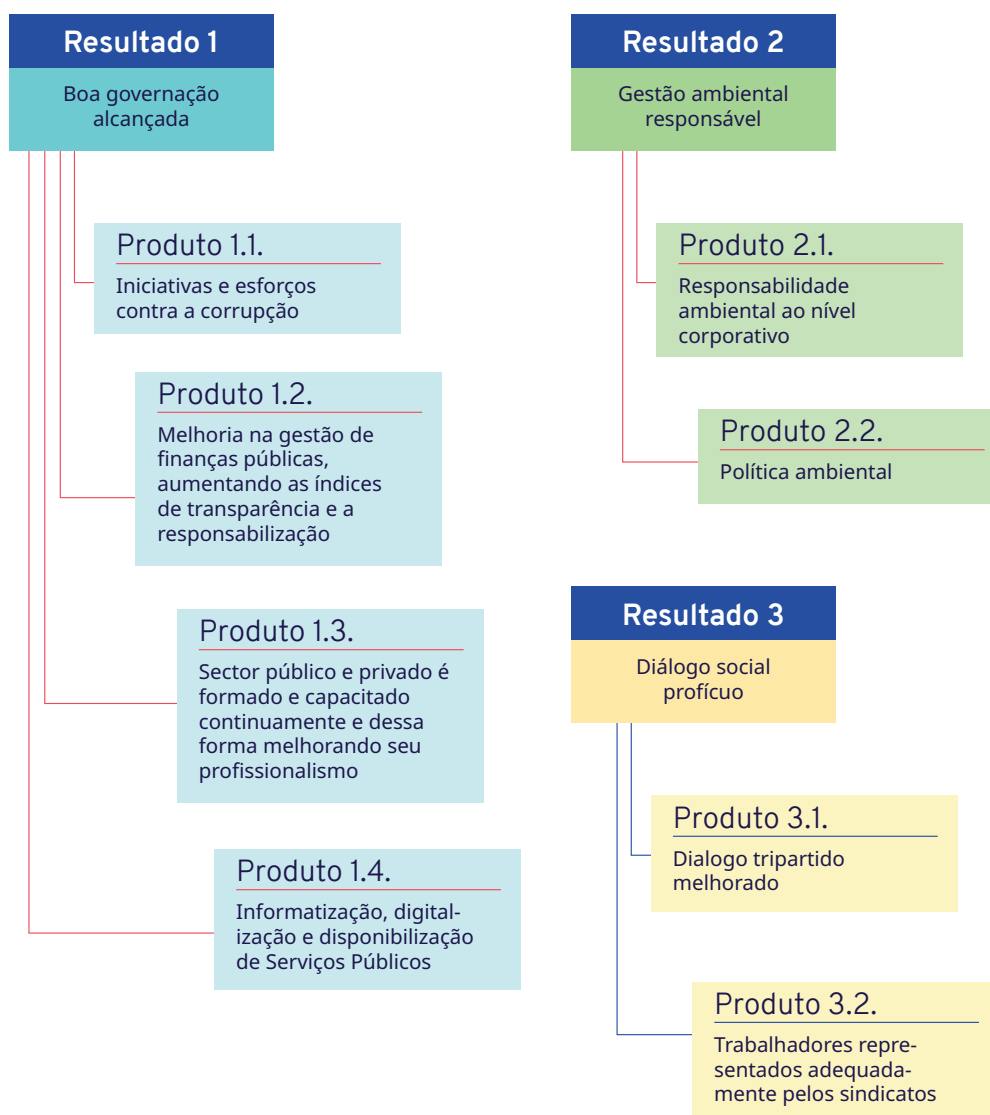
Findo a discussão e a anotação das ações e dos produtos identificados no papel *"flip chart"* distribuído para o efeito, suspendeu-se os trabalhos para o almoço e retomou-se posteriormente, com

a exposição e a discussão dos trabalhos de cada grupo temático, apresentados por seus representantes. É de realçar que, enquanto decorria o almoço e porque já se fazia tarde, recebemos dos 3 grupos as suas anotações e introduzimo-las no modelo da matriz do plano de ação fornecido por OIT, cuja projeção facilitou sobremaneira as discussões, durante a apresentação feita por cada grupo de trabalho temático.

Retomado os trabalhos depois do almoço, cada um dos representantes do grupo temático apresentou as respetivas ações e os produtos identificados, para alcançar os resultados de cada dos pilares prioritários apresentados. Todas as apresentações foram objetos de debates profundos dos participantes, cujas contribuições, permitiram alargar o leque das ações necessárias para uma reforma do ambiente propício para as empresas sustentáveis bem como a consolidação e conclusão do plano de ação apresentado.

O aproveitamento da parte do tempo do período do almoço, para o preenchimento da matriz com as informações recebidas dos diferentes grupos de trabalho, permitiu-nos o não alargamento dos trabalhos para além das 17:30.

► 3. Planos de ação



Produtos e principais actividades	Principais parceiros
Resultado 1: Boa Governação alcançada	
Produto 1.1: Iniciativas e esforços contra a corrupção	
Criação e implementação de métodos para a divulgação das legislações e regulamentos através de comunicação social (nacional, regional, local e comunitário)	MPFEA, MP, MTEFFP, MDOI, AN Tribunais, MIRNA, MJAP
Regulamentação e fiscalização na prestação de contas e responsabilização de forma inequívoca	idem
Reforço da fiscalização e fixação de procedimentos, taxas e prazos	idem
Criação de mecanismos claro de denúncia em todos os Serviços Públicos através de livros de reclamações	idem
Uniformização de procedimentos inclusive na aplicação de medidas corretivas	idem
Informação e sensibilização da população sobre a legislação,	idem
Capacitação do Sector Privado e Público para melhor entendimento dos dispositivos legais	idem
Implementação efectiva da Lei nº2/2018 - Estatuto da Função Pública, com vista a combater nepotismo	MPFEA, MTEFP, A.N. Tribunais, MJAP
Regulamentação e normalização da Lei nº2/2018 - Estatuto da Função Pública	MPFEA, MTFP, A.N. Tribunais MJAP
Produto 1.2: Melhoria na gestão de finanças públicas, aumentando as índices de transparência e a responsabilização	
Fortalecimento do papel das instituições de fiscalização (serviço de inspeção,tribunais, Ministério Público, Assembleia Nacional) com definição clara de separação de poderes	MPFEA, MP, MTEFFP, AN Tribunais, MJAP
Melhorias dos procedimentos de licitação pública para uma maior transparência no processo de contratação pública, como forma de evitar adenda aos contratos	Idem
Estabelecimento de um sistema de auditoria independente	Idem
Adoção de mecanismos de recuperação e reversão de activos da corrupção e outros a favor do Estado	Idem
Promoção de jornalismo de investigação para a divulgação de informações credíveis	Idem
Implementação efetiva da Conta Única do Tesouro (CUT)	MPFEA
Colocação dos preçarios dos serviços nas vitrinas das instituições públicas, de forma transparente, visível e de fácil acesso aos utentes	Todos as instituições públicas
Regulamentação da Lei nº 3/2007 do Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE) e o seu rigor cumprimento efetivo	MPFEA
Exigência no cumprimento da lei à todas instituição e empresas públicas, no que concerne à apresentação do relatório e contas anuais	MPFEA e Tribunal de contas

Produtos e principais actividades	Principais parceiros
Produto 1.3: Sector público e privado é formado e capacitado continuamente e dessa forma melhorando seu profissionalismo	
Formação contínua de quadros em matéria de fiscalização e controlo	MPFEA, Tribunal de contas
Implementação de programas de capacitação técnico profissional nas áreas relevantes para actores no sector público e privado	MPFEA, MEES, MTEFFP, MIRNA, MS
Adopção e implementação de programas de progressão baseados nas competências	MTEFFP, MPFEA, MJAP
Produto 1.4: Informatização, digitalização e disponibilização de Serviços Públicos	
Simplificação e redução de procedimentos dos serviços aos cidadãos	MPFEA, MJAP
Reforço e alargamento do Guichê Único a semelhança do Guichê do Comercio Externo	MPFEA, MJAP
Formação em tecnologia de informação e comunicação (TIC) em diferentes serviços públicos	MPFEA, MJAP, MTEFP
Adopção e modernização de sistemas eletrónicos e de gestão de informação	Idem
Criação de centros de incubação e orientação empresarial	Idem
Descentralização dos serviços públicos	Idem
Criação de mecanismo de incentivos (fiscais e para fiscais) para formalização do sector informal	Idem
Resultado 2: Gestão ambiental responsável	
Produto 2.1: Responsabilidade ambiental ao nível corporativo	
Sensibilização e consciencialização da comunidade empresaria sobre a gestão responsável em matéria ambiental	MIRNA, MAPDR, Poder Local e Regional, MDOI, MTC, SECI, ONGs, MEES, Comunicação Social,
Divulgação e dissiminação de legislações ambientais junto da comunidade empresarial	MIRNA, MAPDR, Poder Local e Regional, MDOI, MTC, SECI, ONGs, MEES, Comunicação Social,
Intensificação de medidas conducentes a melhorar a proteção ambiental no trabalho	Idem
Maior envolvimento do poder local no processo de gestão ambiental sustentável	MIRNA, Comunicação Social, Poder Local
Produto 2.2: Política ambiental	
Revisão e atualização da legislação ambiental, com envolvimento da comunidade empresarial	MIRNA, MTEFP
Mobilização de recursos para adopção/Implementação das normas existentes	MPFEA, MTEFP
Elaboração da política ambiental da empresa e propor soluções para adopção de medidas que diminuam efeitos negativo no meio ambiente	MIRNA, MJAP, A.N.

Produtos e principais actividades	Principais parceiros
Controlo e monitoramento das ações empresariais de acordo com as normas legais estabelecidas	A.N, MJAP, MIRNA
Adopção medidas ambientais que ajudem a minimizar os impactos negativos (programa de reciclagem, uso racional de água e energia eléctrica, criação de programa de educação ambiental institucional)	Idem
Criação de programa de sensibilização através de comunicação social	MIRNA, Comunicação Social
Reforço de capacidade institucional,	MPFEA, MTEFP, MEES, MIRNA
Criação de equipa de fiscalização ambiental	MIRNA, Comunicação Social
Certificação e publicitação das empresas que cumpram as normas ambientais	Idem
Resultado 3: Diálogo Social profícuo	
Produto 3.1: Dialogo tripartido melhorado	
Maior e mais envolvimento dos representantes dos empregadores e trabalhadores no processo de gestão em matéria que lhes dizem respeito	MTSFFP, MJADH, A.N., INSS, CCIAS, Centrais Sindicais,
Adopção de mecanismo eficaz de resolução de conflitos laborais	Idem
Revisão da Lei nº 01/99 da Concertação Social, de modo que questões como o número de representação dos trabalhadores na CC sejam revistos	Idem
Revisão da lei sindical	Idem
Criação de um Tribunal de Trabalho	Idem
Regulamentação do Código de Trabalho	Idem
Produto 3.2: Trabalhadores representados adequadamente pelos sindicatos	
Estabelecimento de normas claras conducentes a permitir que o representante sindical, nas negociações, defenda o interesse do coletivo sem tirar o proveito próprio	Centrais Sindicais, MTEFFP, MPFEA
Estabelecimento de normas claras e impeditivas conducentes a não permitir que os representantes sindicais deponham cargos de chefia em setores, onde os mesmos são empregados e sindicalistas	Centrais Sindicais, MTEFFP, MPFEA
Capacitação dos Delegados Sindicais, empregadores em matéria sindical	Centrais Sindicais, MTEFFP, MPFEA

